

Memória Institucional e Diversidade Cultural: Uma análise crítica sobre os Patrimônios Culturais da UFV

Institutional Memory and Cultural Diversity: A Critical Analysis of UFV's Cultural Heritage

Roseli da Silva Felipe Lopes¹

Resumo: O presente artigo aborda a importância dos patrimônios culturais como representativos da memória coletiva e identidade cultural de um determinado grupo social, destacando a falta de diversidade presente nos mesmos. O estudo examina essa questão na Universidade Federal de Viçosa (UFV), analisando a seleção de patrimônios no Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA, 2008-2017). A análise revela que os bens selecionados refletem memórias elitistas e excludentes, que remontam à concepção francesa de patrimônio cultural, na medida em que deixaram de fora grupos minoritários que também fizeram parte da construção da Instituição de Ensino. Além da Vila Giannetti, destinada a professores, existem outras vilas residenciais (Vilas Operárias) cujas memórias são menos valorizadas e atualmente estão sendo destruídas. O artigo conclui que a memória institucional da UFV é hegemônica e excludente, e sugere uma seleção mais inclusiva e representativa dos patrimônios culturais.

Palavras-chave: Memória. Identidade. Diversidade. Patrimônio.

Abstract: The present article addresses the importance of cultural heritage as representations of the collective memory and cultural identity of a specific social group, highlighting the lack of diversity within them. The study examines this issue at the Federal University of Viçosa (UFV), analyzing the selection of heritage in the Physical and Environmental Development Plan (PDFA, 2008-2017). The analysis reveals that the selected assets reflect elitist and exclusionary memories, harking back to the French conception of cultural heritage, as they exclude minority groups that were also part of the institution's construction. In addition to Vila Giannetti, intended for professors, there are other residential areas (Worker's Villages) whose memories are less valued and are currently being destroyed. The article concludes that UFV's institutional memory is hegemonic and

¹ Mestre em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa. E-mail: roseli.sflopes@ufv.br.

exclusionary, and suggests a more inclusive and representative selection of cultural heritage.

Keywords: Memory. Identity. Diversity. Cultural heritage.

Introdução

Os patrimônios culturais que conhecemos, sejam eles monumentos históricos, tradições orais, práticas rituais, paisagens, sítios arqueológicos, costumes ou expressões artísticas, são representações que foram forjadas em meio a discursos sociais para funcionar como suportes de memória coletiva (Halbwachs, 1990) de uma determinada sociedade. Desse modo, desempenham um papel fundamental na preservação e celebração da identidade cultural dessa coletividade.

Entretanto, muitas das vezes, essas escolhas se deram e se dão de maneira seletiva e tendem a privilegiar determinadas camadas sociais em detrimento de outras. Portanto, a ausência de diversidade presente nos patrimônios culturais é um tema relevante que merece atenção e reflexão, para que haja a quebra dos paradigmas de histórias homogêneas e excludentes que durante muito tempo foram reproduzidas, trazendo a falsa ideia de ausência de conflitos e exclusões.

Segundo Laurajane Smith (2021), a preservação da diversidade cultural nos patrimônios é essencial para a construção de uma sociedade inclusiva e justa. No entanto, é comum observar a predominância de uma única cultura nos patrimônios, deixando de lado as contribuições de grupos minoritários e marginalizados. A autora aponta o viés histórico e cultural predominante na seleção e preservação desses patrimônios como uma das principais causas que colaboram para essa ausência de diversidade cultural presente nos bens culturais.

Para Smith (2021), esse jogo de inclusão e exclusão de memórias está atrelado às narrativas predominantes e às práticas institucionais que frequentemente definem o que é considerado valioso em termos culturais. A autora argumenta ainda que o discurso tradicional de patrimônio muitas vezes reflete perspectivas elitistas e dominantes, que tendem a privilegiar certas narrativas, artefatos e grupos sociais em detrimento de outros. Essa abordagem pode resultar em uma representação incompleta e distorcida da diversidade cultural e da complexidade das experiências humanas. Segundo ela, "o Discurso Autorizado do Patrimônio (AHD)" (Smith, 2021, p.140) é um veículo para a imposição de determinadas visões sobre o passado, na medida em que "viabiliza a aceitação de valores e identidades culturais e sociais consagrados e legitimados. Assim, a identidade torna-se um dado imutável inerentemente incrustado nos monumentos e sítios patrimoniais" (Smith, 2021, p. 144).

Para a autora, o combate a essa ausência de diversidade é fundamental para promover a inclusão e o reconhecimento das diferentes expressões culturais. A valorização e preservação da diversidade cultural, juntamente com o estímulo ao diálogo intercultural, são passos essenciais para garantir uma representação mais ampla e diversificada nos patrimônios culturais.

Isto posto, observamos que a memória coletiva desempenha um papel fundamental na construção da identidade cultural, seja ela de cunho social ou institucional. No entanto, a forma como essas memórias são selecionadas e apresentadas pode refletir um discurso hegemônico que privilegia certas narrativas em detrimento de outras. Diante disso, este estudo examina a construção das memórias culturais em uma instituição de ensino superior, a Universidade Federal de Viçosa (UFV), focando na seleção de patrimônios culturais presentes em seu Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental

(PDF/A) (2008-2017), fazendo uma reflexão crítica sobre as memórias que estão atreladas a essa seleção.

A construção da memória institucional

A UFV é uma instituição de ensino superior localizada na cidade de Viçosa, interior do estado de Minas Gerais, na região da Zona da Mata, e fica aproximadamente a 200 km da capital estadual Belo Horizonte. A instituição foi criada há quase cem anos, em 1926, e seu contexto de fundação está intimamente relacionado ao passado agrícola exportador do país, no qual a produção agrícola era a espinha dorsal da economia brasileira.

Sua fundação, desse modo, se deu precipuamente como escola agrícola, chamada de Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), por meio do Decreto n. 6.053, de 30 de março de 1922², do então Presidente do Estado de Minas Gerais Arthur da Silva Bernardes. O objetivo da escola era praticar o desenvolvimento e a diversificação da agricultura, além da formação de profissionais qualificados para o setor rural. Sua filosofia de ensino baseava-se no modelo norte americano dos *colleges* agrícolas, nos quais o conhecimento agrícola era forjado em meio ao princípio do “aprender fazendo”, segundo o qual os alunos aprendiam o ofício da agricultura na prática, por meio do processo de experimentação e pesquisa (Sabioni; Borges; Magalhães, 2006). Esse tipo de ensino privilegiou as pesquisas que possibilitaram o aumento da produção e a diversificação agrícola, permitindo à atual UFV galgar prestígio no cenário agrícola do país.

² Decreto 6.053, de 30 de março de 1922. CRIA UMA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA, INSTALANDO-A EM VIÇOSA. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=6053&comp=&ano=1922>. Acesso: 27 jun. 2024.

Posteriormente, em 1948, a ESAV se expande e se transforma em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), por meio da Lei Federal n. 272, de 13 de novembro³. Esse período é marcado pela ampliação de cursos ofertados, haja vista que na época da ESAV só existiam os de Agricultura e Veterinária, e no referido momento houve a criação dos cursos de Zootecnia, Engenharia Florestal e outros relacionados com a cultura do campo. Ademais, esse período também foi marcado pela internacionalização da universidade, advinda dos diversos acordos que a mesma firmou, sobretudo com instituições norte-americanas. Segundo Ribeiro (2007, p. 51), “acordos de cooperação firmados pela UREMG com os Estados Unidos, (...) tiveram sobre a mesma impactos de grandes proporções, contribuindo decisivamente para a modernização da instituição”.

Entretanto,

Cabe aqui esclarecermos o conceito de “modernização” que permeou a fase da UREMG. Segundo Gustavo Bianch Silva (2014), os discursos de modernização agrícola no qual se pautavam os cursos de extensão rural difundidos no Brasil durante este período pelos técnicos agrícolas norte-americanos ligados ao projeto Purdue, e também pelas agências de crédito agrícolas, estavam amparados na deslegitimação das práticas agrícolas tradicionais. Segundo as narrativas hegemônicas da época, a agricultura rotineira praticada pelos produtores brasileiros estava ligada a aspectos de um passado atrasado que precisava ser superado, para que os produtores pudessem obter maiores benefícios em relação à produção. Para Martine (1990 apud SILVA, 2014, p. 16), “as supersafras contribuíram para fortalecer uma imagem de uma agricultura moderna, autossuficiente, de consequências sociais inevitavelmente benéficas”. Na verdade, observa-se que esse discurso estava transpassado por interesses políticos e econômicos excludentes, que beneficiava os grandes produtores rurais e o mercado externo norte-americano e excluía os pequenos produtores rurais (Lopes, 2023, p. 59).

³ Lei 272 de 13/11/1948. CRIA A UNIVERSIDADE RURAL DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-272-1948-minas-gerais-cria-a-universidade-rural-de-minas-gerais>. Acesso em: 25 jun.2024.

Em função da crescente expansão da Universidade, a mesma passou para a tutela do Governo Federal em 1969 por meio do Decreto-Lei Federal n. 570, de 08 de maio⁴. Esse crescimento educacional certamente influenciou na ampliação física do campus da UFV em Viçosa⁵, que ao longo do tempo passou por mais fases de crescimento, como a adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007. Um dos principais objetivos do Reuni era aumentar significativamente o número de vagas oferecidas pelas universidades federais, democratizando o acesso ao ensino superior. Desse modo, o programa visava melhorar a infraestrutura física e acadêmica das universidades, incluindo a construção de novos campi e edifícios, e modernizando as instalações de laboratórios e bibliotecas⁶.

Devido a essa expansão física, a UFV por sua vez criou no ano de 2008 um Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA, 2008-2017)⁷ que, a exemplo dos planos diretores das cidades, tinha o objetivo de nortear diretrizes para o desenvolvimento e ordenamento do espaço urbano. O PDFA, além de nortear o uso e ocupação do solo dentro do Campus, também “legisla sobre as regras de construção, ocupação, espaços de lazer, áreas verdes e assuntos referentes à proteção ambiental e patrimonial do campus UFV” (Lopes, 2023).

⁴ Decreto-Lei N.º 570, de 08 de maio de 1969. Institui sob forma de Fundação a Universidade Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0570.htm. Acesso em: 25 jun.2024.

⁵ Cabe destacar que a UFV possui atualmente três campi, nas cidades de Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba (MG). Disponível em: <https://www.ufv.br/historia/>. Acesso em 24 de jun. 2024.

⁶ Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão Universidades Federais – REUNI. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 25 jun.2024.

⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus Viçosa – PDFA (2008–2017). <https://www.planejar.ufv.br/infra-estrutura/>. Acesso em: 07 jun.2024.

Em relação ao campo do patrimônio cultural, traz em seu bojo na Seção IV a seguinte seleção de bens, chamados de “Patrimônio Histórico” (PDFA, 2008-2017):

- I. Casa sede do Campo Experimental “Diogo Alves de Melo”;
- II. Sistema composto de sete coletores de enxurrada, construídos no Campo Experimental Diogo Alves de Melo;
- III. Edifício P. H. Rolfs (Reitoria);
- IV. Edifício Bello Lisboa (Alojamento Velho);
- V. Estação Ferroviária;
- VI. Quatro Pilastras;
- VII. Casa de Hóspedes (antiga residência do vice-diretor da ESA);
- VIII. Conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti;
- IX. Réplica da Floresta;
- X. edificações que abrigam o Galpão de Máquinas e Implementos da Agronomia, o Galpão que abriga Salas de Aulas da Agronomia, a Oficina Mecânica/Galpão de Preparo de Amostras da Agronomia, o Laboratório de Sementes, a Fábrica de Ração e os dois paióis localizados ao longo da Av. da Agronomia, na área tombada do Campo Experimental “Diogo Alves de Melo”;
- XI. Laboratório de Dendrologia (casa sede da antiga Fazenda do Xaxá) (PDFA, 2008-2017, p.15-16).

Podemos observar, pela nomenclatura dos bens dispostos no Plano, bem como nas imagens abaixo, que se tratam, em sua maioria, de patrimônios edificados, obras que foram erguidas em grande parte na década de 1920, durante a primeira fase de construção da Universidade – quando ainda era ESAV –, e que representavam toda constituição administrativa e educacional da Escola.

Patrimônios eleitos e memórias hegemônicas

Figura 1: Casa sede do Campo Experimental “Diogo Alves de Melo”.



Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez.2022.

Figura 2: Sistema composto de sete coletores de enxurrada.



Atualmente só existem dois, os outros foram destruídos e substituídos por mecanismos mais modernos. Acervo da autora (2022).

Figura 3: Edifício P. H. Rolfs (Reitoria).



Disponível em:
<https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez. 2022.

Figura 4: Edifício Bello Lisboa (Alojamento Velho).



Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez. 2022.

Figura 5: Estação Ferroviária.



Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez.2022.

Figura 6: Quatro Pilastras.



Fonte: Disponível em:
<https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez.2022.

Figura 7: Casa de hóspedes (antiga residência do vice-diretor da ESAV).



Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>.
Acesso em 08 dez. 2022.

Figura 8: Conjunto arquitetônico e urbanístico da Vila Giannetti.



Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>.
Acesso em 08 dez. 2022.

Figura 9: Réplica da Floresta.



Acervo da autora (2022).

Figura 10: Edificações que abrigam o Galpão de Máquinas e Implementos da Agronomia.



Acervo da Autora (2022).

Figura 11: Galpão que abriga Salas de Aulas da Agronomia.



Acervo da autora (2022).

Figura 12: Oficina Mecânica/Galpão de Preparo de Amostras da Agronomia.



Acervo da autora (2022).

Figura 13: Laboratório de Sementes.



Acervo da autora (2022).

Figura 14: Fábrica de ração.



Acervo da autora (2022).

Figura 15: Paiol que se localiza do lado direito da Av. da Agronomia.



Acervo da autora (2022).

Figura 16: Paiol que se localiza do lado esquerdo da Av. da Agronomia.



Acervo da autora (2022).

Figura 17: Laboratório de Dendrologia (casa sede da antiga Fazenda do Xaxá).



Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez. 2022.

Figura 18: Edifício Arthur da Silva Bernardes.



Disponível em: <https://vidaememoria.ufv.br>. Acesso em 08 dez. 2022.

Pelas legendas das imagens acima podemos perceber que se tratam de bens cujas memórias remontam aos personagens que

ganharam ao longo do tempo o título de fundadores da Universidade, quais sejam: o presidente do Estado de Minas Gerais na época, Arthur da Silva Bernardes; professor Peter Henry Rolfs, agrônomo norte-americano que, a convite do governo brasileiro, ajudou a fundar a ESAV sob o modelo das *Land-Grant Colleges* dos Estados Unidos, que combinava ensino, pesquisa e extensão, e o engenheiro civil João Carlos Bello Lisboa, que auxiliou nas construções da Escola, bem como de seus primeiros professores.

Além disso, também podemos perceber a relevância dada ao curso de Agronomia, que, juntamente com o de Veterinária, foram os primeiros da ESAV. Verifica-se também a importância na preservação das obras imponentes da Instituição, como os edifícios Arthur Bernardes e Bello Lisboa, demonstrando com isso a imponência e grandiosidade da memória da Universidade, que mesmo que tenha passado por alguns momentos difíceis, como a ausência de recursos no início de sua edificação, conforme descrições presentes nos relatórios de construções, a mesma continuou crescendo e se desenvolvendo.

Cabe aqui fazer uma análise sobre o teor destes relatórios. Os relatórios dos primeiros anos de existência da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) referentes aos anos de 1925 a 1947 (ESAV, 1925; 1926; 1927; 1928; 1929; 1935; 1947) registraram enfaticamente o discurso da escassez e da superação de obstáculos. A menção aos “apertamentos”, termo utilizado em grande parte dos relatórios de atividades, buscava destacar que mesmo em meio à escassez orçamentária os idealizadores do projeto estavam conseguindo introduzir e estruturar o ensino agrícola na Zona da Mata Mineira (Lopes, 2023, p. 25).

Esse “recorte” da memória da UFV representado pelo conjunto de bens disposto no PDFA (2008-2017) nos faz perceber que a identidade cultural que a instituição preserva e perpetua ao longo do

tempo, também disposta nas mídias digitais institucionais⁸ e nas diversas obras memorialistas⁹ sobre sua história, remontam a memórias elitistas e excludentes, haja vista que silenciam várias memórias de atores e atrizes que também participaram da construção da Universidade.

Vale destacar que esse conceito de patrimônio cultural remonta ao surgido na França no contexto da Revolução Francesa, segundo o qual, para Choay (2006), foi um ponto de inflexão crucial na história do patrimônio cultural, pois a partir da nacionalização dos bens da Coroa, da Igreja e da aristocracia, e sua subsequente proteção pelo Estado, criaram-se as bases para o conceito moderno de patrimônio. Esses bens passaram a ser vistos como parte da herança coletiva da nação, um recurso cultural que deveria ser preservado e valorizado para o benefício de todos. Tal conceito serviu por muito tempo para balizar as diretrizes dos órgãos de proteção patrimonial.

Vilas Residenciais

Dentre os bens culturais elencados no PDFA (2008-2017), um em particular nos chama a atenção, a Vila Giannetti, haja vista que é de conhecimento público a existência de outras vilas residenciais dentro do território da universidade, as quais, entretanto, foram deixadas de fora da seleção. Talvez uma das causas para o silenciamento das mesmas nos documentos e histórias “ditas” oficiais sobre a Instituição tenha sido o pertencimento dessas memórias às classes sociais diversas dos chamados fundadores.

⁸ Como o site oficial da instituição, <https://www.ufv.br/>, na aba Institucional/História e no site <http://www.personagens.ufv.br/?area=personagens>, no qual conta a história, segundo a versão oficial, dos Personagens e Pioneiros envolvidos na construção da Universidade.

⁹ Exemplos de obras memorialistas sobre a UFMG: Sabioni e Marcondes (2010) e Sabioni, Borges e Magalhães (2006).

A Vila Giannetti tem localização próxima a duas entradas do Campus UFV – a Via alternativa, que dá acesso à Avenida Marechal Castelo Branco, e a Avenida P. H. Rolfs. Seu terreno é composto por ruas largas e vasta área verde, com jardins e árvores” (Lopes, 2023, p. 95). Foi construída como conjunto residencial em meados da década de 1940 para abrigar os professores que davam aulas na universidade, pois, segundo o discursos dos mesmos, não existia na cidade de Viçosa casas adequadas e em números suficientes que pudessem acomodá-los. Posteriormente, em virtude do acordo firmado entre a UFV e a Universidade de Purdue, nos Estados Unidos, houve o intercâmbio entre os professores dos dois países, sendo a Vila utilizada como residência para os professores norte-americanos.

Acredita-se que devido a esse passado histórico e também por conta da arquitetura de incorporação norte-americana, algo atípico das residências locais, com os telhados em formato borboleta, por exemplo, a vila tenha se enquadrado no rol dos patrimônios culturais da UFV, munindo-se, desse modo, dos critérios de anciandade e relevância arquitetônica.

Desde 1991, mediante a Resolução n. 06/91 do Conselho Diretor da UFV (CONDIR)¹⁰, a Vila Giannetti não possui mais a função de moradia para residências. Suas casas passaram a abrigar órgãos institucionais que desenvolvem atividades de pesquisa e extensão ligados aos diversos departamentos de ensino. Além disso, também existem casas que são sede de órgãos parceiros, “empresas públicas e privadas, cujo escopo de trabalho suponha afinidade com os projetos desenvolvidos pela universidade” (Lopes, 2023, p. 98).

Como dito, além dessa vila, conhecida como Vila dos Professores, existem dentro do Campus Viçosa da UFV outras vilas residenciais, um

¹⁰ Resolução N.º 06/91 do CONDIR - Determina sobre ocupação dos imóveis residenciais pertencentes Campus da UFV. Disponível em: https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08_14.pdf. Acesso: 25 de jun. 2024.

total de seis que também são conhecidas como vilas dos operários, quais sejam: Vila Mattoso, Vila Sete Casas, Vila Dr. Secundino de São José, Vila Dona Chiquinha, Vila Araújo e Vila Chaves.

A construção dessas vilas, assim como das vilas operárias brasileiras, está ligada ao discurso capitalista de aumento da produção surgido no século XIII durante a Revolução Industrial, quando vários bairros residenciais se estabeleceram nas proximidades das fábricas. Ao longo do tempo, essas residências sofreram modificações, sendo estabelecidas em cortiços, estalagens e bairros, até se fixarem nos formatos de vilas.

Segundo o pensamento da época, estabelecer o trabalhador e sua família próximo ao local de trabalho facilitaria o deslocamento do mesmo, bem como aumentaria o seu bem-estar social e de sua família, conseqüentemente tornando-o um trabalhador mais produtivo (Bonduki, 1994).

Entretanto, o que se observou ao longo do tempo foi a utilização desse pensamento como base para mascarar a imposição de um controle social rígido e disciplinar por parte dos empregadores aos trabalhadores e suas famílias, na medida em que era estabelecida a vigilância sobre a jornada de trabalho e ditadas as regras de conduta, convivência e higiene aos mesmos, tanto no ambiente de trabalho, quanto no doméstico.

No contexto de construção da UFV, as primeiras vilas surgiram ao longo das décadas de 1920 a 1950. Todas localizadas próximas aos locais das primeiras obras da Universidade, como a Vila Araújo, por exemplo, que se encontra na avenida perto dos locais onde se dá o trato dos animais pertencentes ao departamento de Zootecnia. Os trabalhadores que nessas vilas residiam e ainda residem ficam responsáveis por fornecer o alimento para os animais, além de fazer a vigilância dos mesmos. Outras funções eram as relacionadas com as

práticas desenvolvidas nos cursos de Agricultura e Veterinária, como a irrigação dos diversos campos de experimentação agrícolas e outras relacionadas.

Cabe destacar que antes das construções das vilas, foram erguidas na UFV 20 casas – 10 para abrigar os primeiros professores e o diretor e vice-diretor da ESAV e outras dez para abrigar os operários que trabalhavam nas obras. Segundo a documentação, as dos operários foram construídas em dois locais distintos, um com três casas e outro com sete (ESAV, 1929, s. p.)¹¹. Acredita-se que esse conjunto de sete casas se refira ao local onde está instalada a Vila Sete Casas. Desse modo, infere-se que sua construção remonta à década de 1920, sendo a vila operária mais antiga da UFV.

Como o modelo de educação implementado na ESAV seguia os moldes dos internatos, era comum que os professores, assim como alguns trabalhadores e estudantes, morassem no interior da instituição de ensino, o que justificaria a construção de residências no seu terreno.

Entretanto, de acordo com relatórios anuais de atividades que eram enviados frequentemente para a Secretaria da Agricultura, Indústrias, Terras, Viação e Obras Públicas, órgão ao qual a Escola estava subordinada, pelos diretores da Escola, podemos perceber as diferenças no projeto construtivo das casas, ao passo que notamos que os projetos foram influenciados pela posição social dos moradores. Abaixo estão os projetos dos dois grupos, sendo o primeiro referente às moradias dos professores e do diretor e vice, e o segundo projeto referente às moradias dos operários.

A planta das dez casas construídas é a mesma, diferindo apenas algumas de outras na disposição da varanda e em

¹¹ Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente ao ano de 1929. Viçosa-MG: UFV, ACH.

pequenos detalhes da fachada, sendo ainda de se notar que em duas delas, devido ao declive do terreno em que foram construídas, aproveitou-se metade do porão. A descrição de uma das casas abrange, pois, a de todas ellas. (...) A planta ocupa a area de 135m² (9,00x15,0) e contem os seguintes compartimentos: varanda, salas de visitas e de jantar, 4 quartos, sendo um para empregada, dispendo este de instalação sanitária própria, banheiro, w.c., cosinha e despensa. O pé direito é de 3,30, todos os quartos dispõem de lavatórios e, junto á porta de serviço, no exterior da casa, se acha o tanque para lavagens de roupas. O custo médio de uma das 10 casas, computadas todas as instalações, foi de 28:864\$354 (ESAV, 1929, s.p.).

As dez casas de operários foram construídas em dois grupos, um de sete e outro de treis casas, obedecendo todas á mesma planta. Esta mede 8,00 x 6,00, excluídas a coberta e w.c., e tem a seguinte divisão: varanda (3,0 x 2,5), sala (3,0 x 3,0), dois quartos (4,0 x 2,50) e (3,50 x 2,50) e cosinha (3,0 x 2,0) dispendo esta de um fogão de alvenaria com chapa de tres furos. E, seguida á porta externa da cosinha se acha uma coberta ou telheiro medindo 2,0 x 3,0 mts. Em um dos extremos da qual fica construída a dependência para chuveiro e w.c., aproveitando-se para tal uma parede da casa. O piso dos dois quartos é assoalhado, sendo os dois demais comodos formado por terra comprida e areia. Toda a casa, com exceção da cosinha, é forrada a esteira. O grupo de 10 casas costou ao Estado 61:064\$370, representando o acréscimo sobre o preço orçado, o custo das instalações chuveiro e ww.c.c. com as respectivas redes de exgotto, não computaram no orçamento (ESAV, 1929, p.17-18).

É nítida a diferença expressa dessas casas nos documentos, na medida em que apenas 1 casa de professor (28:864\$354) custava praticamente a metade da soma (61:064\$370) das 10 construídas para os operários. Podemos inferir que as casas dos professores eram mais confortáveis e dispunham de cômodos básicos e salubres para o bem-estar social, como os banheiros no interior das residências, por exemplo, diferentemente das casas dos operários, nas quais tal cômodo encontrava-se do lado de fora das casas. Salientamos que tal situação também ocorreu posteriormente na construção das casas

que foram erguidas nas vilas dos trabalhadores, como na Vila Secundino por exemplo¹².

Memórias silenciadas

Os terrenos sobre os quais foi erguida a atual UFV eram constituídos basicamente de terras de cultivo de monocultura agrícola, como a plantação de milho, café e cana-de-açúcar e também de capoeira e pasto. Essas terras eram cultivadas nas 10 fazendas que formavam originalmente o terreno que o Estado comprou para construir a Escola. Com o passar do tempo, as vilas residenciais e as outras construções da ESAV transformaram a paisagem existente. No entanto, no que se refere à Vila dos Professores, a infraestrutura para assentar a mesma foi mais significativa, na medida em que houve o calçamento das ruas, a instalação das redes de água, esgoto e elétrica, além do projeto paisagístico, ou seja, houve a instalação de uma infraestrutura digna para moradia.

Contudo, o mesmo não ocorreu nas Vilas dos Operários, que não tiveram o mesmo investimento de infraestrutura, como o calçamento, a rede de esgotos encanada e o projeto de construção de banheiros no interior das residências, como dito acima, dentre outros serviços básicos, tendo os mesmos condições de moradia precárias e insalubres.

Abaixo, imagens das vilas atualmente:

¹² Mais informações sobre a situação em que foram construídas as vilas operárias da UFV podem ser encontradas em Lopes (2023).

Figura 19: Vila Dr. Secundino.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 20: Vila Sete Casas.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 21: Vila Mattoso.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 22: Vila Dona Chiquinha.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 23: Vila Araújo.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Figura 24: Vila Chaves.



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2022.

Como dito anteriormente, as vilas operárias serviram por muitos anos de residências para os trabalhadores da UFV. Nesses locais, eles

formaram suas famílias e estabeleceram interações e relações sociais entre as pessoas que ali viviam, na medida em que compartilhavam lembranças e eventos e formavam memórias coletivas sobre o lugar. Um exemplo de memória coletiva compartilhada faz referência ao período de escassez de recursos pelos quais a UFV passou, no qual havia o atraso nos salários e os trabalhadores passavam dificuldade até mesmo para comprar comida e sustentar a família. Durante esse tempo, segundo relatos de alguns moradores que foram colhidos durante o trabalho de mestrado de Lopes (2023, p. 78), houve o compartilhamento de alimentos entre os mesmos:

Era [uma época] fantástica, maravilhosa, todos os moradores da vila passavam muita dificuldade e eram todos funcionários da Universidade e o pagamento atrasava muito, então vamos supor, todo mundo criava porcos, então uma pessoa matava e dividia o porco para todo mundo, então a gente sempre tinha toucinho, tinha carne, a convivência era fantástica. Havia fogueiras, festa e tudo era maravilhoso.¹³

Apesar da importância das Vilas tanto para a vida dos moradores quanto para a memória institucional da UFV, o que observamos atualmente é a paulatina destruição das residências, como na Vila Secundino, por exemplo, onde antes existiam 22 casas, atualmente existem somente quatro. Segundo o PDFA (2008-2017), essa área, assim como a das outras vilas, estão destinadas para projetos de expansão do Campus. Desse modo, à medida em que os moradores se mudam ou falecem, as mesmas estão sendo destruídas, havendo dessa maneira a perda da representatividade dessa memória operária.

Além da destruição das Vilas Operárias, há também nos documentos institucionais dispostos no Arquivo Central e Histórico da Instituição, bem como nos documentos oficiais, o silenciamento sobre

¹³ Trecho da entrevista de G.M.L.R. Morador da Vila Dr. Secundino. Duração de 30min14s. Data: 20 de julho de 2022. Viçosa, MG.

essas residências e seus moradores. Trata-se de um dado inquietante, uma vez que essa seleção de memória dita (oficial) e a não dita (dos operários) nos documentos afetou a memória coletiva e cultural da UFV, moldando a sua identidade histórica e cultural.

As memórias silenciadas sobre as Vilas Operárias também podem ser chamadas de “memórias subterrâneas ou excluídas” (Pollack, 1989, p. 5). Segundo Pollak, o conceito refere-se às memórias que são marginalizadas, reprimidas ou omitidas na construção oficial da história de um grupo ou sociedade. Elas residem fora dos registros documentais e sua manifestação se dá muitas vezes na forma oral, entre famílias ou dentro de comunidades marginalizadas.

Sobre a preservação dessa memória por meio da História Oral, foi verificado, segundo conversas com atuais moradores e ex-moradores das diferentes vilas, que frequentemente existem encontros, sobretudo na Vila Secundino, ainda a maior delas. Nessas ocasiões, reúnem-se os moradores que já se mudaram das vilas para momentos de interação nos quais é possível manter vivas as lembranças dos tempos que os mesmos passaram juntos.

Situações como essas servem para reafirmar e confirmar a ligação que esses indivíduos possuem com os “lugares de memória” (Nora, 1993), que são os espaços físicos ou simbólicos que representam a memória coletiva de uma comunidade ou nação, e que desempenham um papel crucial na preservação e transmissão da história e da identidade cultural.

Dessa forma, esses lugares servem para manter viva a memória afetiva (Smith, 2021), que está intrinsecamente ligada às emoções e às identidades pessoais e coletivas. Diante disso, se torna tão necessária a sua preservação, pois “Heritage is about the negotiation and regulation of memory and identity, both at personal and collective

levels. It is about the feelings of belonging and dislocation, of pride and shame" (Smith, 2006, p. 11)¹⁴.

Considerações Finais

Verificamos que a análise dos patrimônios culturais presentes no PDFa (2008-2017) da UFV revela uma construção hegemônica da memória da instituição que a mesma construiu e propaga. São memórias que privilegiam narrativas de progresso e grandeza atreladas a nomes que ganharam notoriedade ao longo do tempo. Na mesma medida, essas narrativas marginalizaram personagens, culturas e experiências divergentes. Desse modo, o presente artigo procurou instigar a mudança na maneira de pensar essa seleção, ao passo que a memória institucional possa se tornar mais inclusiva e representativa, reconhecendo a diversidade de contribuições e contextos históricos dos diferentes atores e atrizes que também compõem a sua história.

Referências bibliográficas

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. O Caso de São Paulo**. São Paulo, 1994. 339f. (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000988439>. Acesso em: 27 jun. 2024.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

Decreto 6.053, de 30 de março de 1922. **CRIA UMA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA, INSTALANDO-A EM VIÇOSA**. Disponível em:

¹⁴ Tradução livre: "O patrimônio trata da negociação e regulação da memória e da identidade, tanto a nível pessoal como coletivo. Trata-se dos sentimentos de pertença e de deslocação, de orgulho e vergonha".

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=6053 &comp=&ano=1922>. Acesso: 07 jun. 2024.

Decreto-Lei N. 570, de 08 de maio de 1969. **Institui sob forma de Fundação a Universidade Federal e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0570.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão Universidades Federais – REUNI.** Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

Lei 272 de 13/11/1948. **CRIA A UNIVERSIDADE RURAL DE MINAS GERAIS.** Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-272-1948-minas-gerais-cria-a-universidade-rural-de-minas-gerais>. Acesso em: 25 jun. 2024.

LOPES, Roseli da Silva Felipe. **As paisagens das vilas da UFV: entre o patrimônio cultural e os lugares de memória (1948- 2008).** 2023. 196 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023. Disponível em: <https://locus.ufv.br//handle/123456789/31741>. Acesso em: 01 jun. 2024.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, vol. 10, dez, 1993, p. 7-28.

POLLACK. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

Relatório anual de atividades do diretor da ESAV ao Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais, referente ao ano de 1929. Viçosa-MG: UFV, ACH.

Resolução N. 06/91 do CONDIR - **Determina sobre ocupação dos imóveis residenciais pertencentes ao Campus da UFV.** Disponível em: https://www.soc.ufv.br/wp-content/uploads/08_14.pdf. Acesso: 25 jun. 2024.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes; MAGALHÃES, Gilson Faria Potsch (Ed.). **A Universidade Federal de Viçosa no século XX**. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2006.

SABIONI, Gustavo Soares; BORGES, José Marcondes (Org.). **Legislação de Importância Histórica: Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV – 1926-1948, Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG – 1948-1969, Universidade Federal de Viçosa – UFV – 1969**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.

SMITH, Laurajane. **Uses of Heritage**, Routledge, ISBN 9780415318310. 2006.

_____. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**. n. 2, p. 140-154, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental do Campus Viçosa – PDFA (2008–2017)**. <https://www.planejar.ufv.br/infra-estrutura/>. Acesso em: 07 jun. 2024.